

KORMIKIARI, M. C. “O CONCEITO DE ‘CIDADE’ NO MUNDO ANTIGO E SEU SIGNIFICADO PARA O NORTE DA AFRICA BERBERE”. IN: ESTUDOS SOBRE A CIDADE ANTIGA, M. B. FLORENZANO E E. HIRATA (ORGS.). SÃO PAULO, EDUSP/FAPESP, 2009: 137-172.

Um dos grandes debates das Ciências Humanas, desde o século XIX, gira em torno da definição e conceituação da ‘cidade’. A cidade pode ser analisada a partir de diversos prismas. O que significa cidade para nós? O que significava cidade para os antigos? É possível realizarmos esta apreensão? Com relação ao mundo grego, aparentemente sim. As fontes textuais são claras quanto ao aparato necessário para se poder denominar uma certa localidade cidade-estado (aparato político) ou cidade (aparato físico)¹. No entanto, ao contrário do esperado, os estudiosos modernos não chegaram ainda a um acordo sobre a definição e os motores de produção nem da cidade-estado nem da cidade grega. Vários estudos privilegiam aspectos diferentes, religiosos, econômicos ou políticos. No entanto, a ampla produção acadêmica sobre o tema nos permite abraçar algumas hipóteses e tentar estabelecer certos parâmetros norteadores. Nosso interesse ao apontar esses dados reflete a necessidade de estabelecermos critérios acerca do uso do espaço entre populações não gregas. É possível transferir a conceituação grega para todas as sociedades do Mundo Antigo, e mais especificamente, para o Norte da África berbere? As cidades fenícias e Cartago, em especial, sofreram fortemente a influência da cultura grega (Harden 1980 (1961), p. 50, 76). Escavações sistemáticas nas necrópoles cartaginesas revelaram, nos últimos anos, inclusive em tumbas do século V a.C., uma importante quantidade de cerâmica de importação grega, em figuras negras e vermelhas. O século V a.C. cartaginês foi motivo de debates entre especialistas pois, tido pela historiografia moderna como um período de retração em Cartago, após a derrota cartaginesa em Himera, na Sicília, em 480 a.C., quando a metrópole africana teria fechado seus portos ao contato exterior, prova-se agora, através da Arqueologia, ter sido tão rico em contatos com o mundo grego como os precedentes e posteriores (Lancel, 1992, p. 153-4).

o conceito de “cidade”

O próprio termo “cidade” traz em si uma carga, moderna, cheia de subentendidos que dificulta uma definição clara do que venha a ser, de fato, uma cidade. De uma maneira geral, alguns elementos são recorrentes nos estudos: homogeneidade social, étnica e de crenças; questão da posse de um território; defesa; divisão do trabalho e elementos de culto estariam todos, em maior e menor proporção, relacionados com o surgimento das cidades. A discussão acadêmica mormente centra-se sobre quais fatores foram preponderantes. Por exemplo, como procuraremos explorar mais adiante, Fustel de Coulanges e Gordon Childe, o primeiro no final do século XIX e o segundo no início do século XX, podem ser considerados os pais de duas teses opostas: Coulanges privilegiou os elementos religiosos e Childe os econômicos. Ao mesmo tempo, mais recentemente, vemos autores como M. A. Levi (1989) chegarem a conclusões mais sensatas. Assim, este pesquisador defende que o conceito de cidade é tão complexo que as causas de sua origem, formação e dissolução não podem ser estudadas sem se ter em mente que, na História, não existe apenas racionalidade nas premissas e conseqüências. Ou seja, o modelo de cidade tem que ser reestruturado de acordo com a realidade que se estuda (Florenzano, 2004).

Este ponto leva-nos a Amos Rapoport, arquiteto norte-americano responsável pelo desenvolvimento do importante conceito do “ambiente construído” (Rapoport, 1982). Utilizando-se da multiplicidade de fatores, Rapoport estabeleceu um conceito que lida com os produtos gerados pelo homem como construtor. Para o autor existem questões básicas nos estudos que relacionam o homem e seu meio ambiente. A mais importante delas trata do efeito do meio ambiente no comportamento humano, o qual teria efeitos diretos e indiretos. Rapoport descreve dois experimentos realizados para detectar estes efeitos (Rapoport, 1982, cap. 3). No primeiro, pessoas foram selecionadas para realizar tarefas de percepção cerebral (qualificar fotografias, corrigir textos, e outras) em dois aposentos diferentes: um “bonito” e um “feio”. Observou-se que as respostas humanas variavam de acordo com o ambiente. No segundo, novamente pessoas foram colocadas em dois ambientes diferentes para realização de testes psicológicos. Um ambiente era “interessante” e o outro “desinteressante”. Os pesquisadores que

realizavam os testes também estavam adequados a cada um dos ambientes em que atuavam (vestimenta, modo de agir e idade). Em suma, um ambiente era de 'status' elevado e o outro de 'status' inferior. Mais uma vez as respostas humanas para ações idênticas variavam de acordo com o ambiente onde eram realizadas.

A conclusão de Rapoport é que apesar das ações relacionarem-se a efeitos sociais, percebemos que seus desenvolvimentos também estão associados a situações do ambiente. O ambiente comunica identidade e 'status', e assim um contexto é estabelecido e uma situação é definida. O ser humano guia-se por estas diretrizes. Ele lê o ambiente, identifica o contexto, a situação e age de acordo. Esta idéia agrega-se a uma das possíveis definições de 'cultura': fenômeno que existiria para permitir às pessoas co-agir por meio de noções compartilhadas de comportamento aceitável (Rapoport, 1982).

A questão que se coloca a seguir é a de compreender como o ambiente auxilia nesse entendimento do que é apropriado fazer. As características do próprio ambiente já dão pistas ao pesquisador: trata-se de um ambiente feminino ou masculino?; público ou privado?; de 'status' elevado ou inferior? Ou seja, estamos lidando com qual tipo de espaço: uma sala de reunião; um quarto; uma praça; uma biblioteca?

O uso do espaço como indicador de hierarquização social também é um caminho possível na construção do ambiente. Podemos citar como exemplo a Inglaterra da década de 60, século XX, quando o Serviço Público deste país estabeleceu uma série de características diferentes para os escritórios dos servidores (tamanho; número de janelas; presença ou ausência de carpete e outras). Desta maneira, um interlocutor já saberia o grau na hierarquia do servidor apenas observando seu escritório (Rapoport, 1982).

Normalmente, este tipo de "regra" de construção de um ambiente, de acordo com a hierarquia social, é "não-escrita". No caso acima, foi inclusive codificada em manuais.

O ambiente construído é, pois, uma manifestação cultural onde se materializam os traços organizacionais de uma sociedade assim como os seus aspectos cognitivos (Florenzano, 2004).

Isto é, a situação social é que determina de que maneira a pessoa vai agir, mas é o ambiente físico que proporciona as pistas para que ela entenda rapidamente qual é esta situação social. Para isso, no entanto, é preciso que os códigos desta linguagem física sejam lidos. Se estes códigos não são compartilhados ou entendidos pelas pessoas então o ambiente não consegue comunicar (Rapoport, 1982).

Uma vez apreendido o código, o ambiente e o seu significado têm papel importante para nos auxiliar a julgar as pessoas e as situações. Mas é preciso ter em mente que as pistas serão interpretadas de acordo com a cultura ou subcultura na qual se está inserido. Assim, Rapoport não nega que a cultura domina e que o ambiente construído é apenas um coadjuvante.

Rapoport propõe usar o modelo sociológico da "interação simbólica", o qual reza que seres humanos agem com relação às coisas e pessoas a partir dos significados que estas têm para eles; o significado das coisas e das pessoas surge a partir do processo de interação social (o ser humano tem a necessidade básica de dar significado ao mundo e isto é feito classificando-o em campos relevantes e nomeando as coisas) e existe um processo interpretativo dos seres humanos que manipula e até modifica os significados, tanto das próprias pessoas como dos objetos. Deste modo, o significado não é intrínseco e sim construído (Rapoport, 1982).

Os grupos sociais existem por meio da ação. Tanto a cultura como a estrutura social dependem do que as pessoas fazem. A interação modela a conduta. Segundo Rapoport as pistas de como se comportar são-nos dadas, em parte, pelo ambiente e, em parte, os objetos do mundo ganham significado a partir da ação de outras pessoas codificadas nestes objetos. A interação simbólica estabelece objetos físicos, sociais e abstratos. No ambiente construído estes vários objetos juntam-se e interagem.

O ambiente é mais do que físico. Um objeto mostra para a pessoa de que maneira agir, a organização social e a cultura proporcionam um conjunto de pistas, as pistas são utilizadas para interpretar situações e assim as pessoas agem de acordo. Já o significado das coisas só é conseguido por meio da rotina do comportamento, da formação de hábitos. Rapoport acredita que neste ponto também o ambiente possui um papel importante. Como? por meio da rotina da associação de certas pistas ambientais e elementos com certas pessoas e comportamentos². Até chegar à equação que as pistas sozinhas já representam as pessoas e os comportamentos .

Desse modo, o esquema conceitual de Rapoport engloba interação simbólica, antropologia cognitiva, noção de ambientes comportamentais e efeitos indiretos do ambiente sobre o comportamento.

O ambiente construído funciona, neste caso, para direcionar as possibilidades de interpretações.

Isto é, dependendo do ambiente certas interpretações são impossíveis, ou pelo menos não esperadas. Quanto mais tradicional for a cultura mais restritas serão as escolhas de significados distintos.

Assim vemos como o homem manipula e altera a paisagem ao seu redor, “construindo” um novo ambiente. Este novo ambiente, que é criado pelos homens vivendo em sociedade, engloba toda sorte de edifícios: casas, locais de rito e culto (templos e santuários); vias de passagem de um edifício ao outro; locais de reunião (política, econômica e social); os mais diferentes tipos de aposentos (públicos e privados) e, por fim, pontos estratégicos nas fronteiras do território dominado, como marcos de proteção daquela sociedade.

Por ser produto direto da atividade humana e, mais especificamente, de um determinado agrupamento social, o jogo entre ambiente construído e as pessoas que o produziram revela quais pressupostos entraram em ação ao longo da produção de um determinado ambiente.

Em sociedades ditas “tradicionais”, como acreditamos poder classificar a sociedade berbere em razão de todos os dados que procuramos apontar tanto em nosso Projeto como nos textos já produzidos, as regras interpretativas são congruentes entre si: com as regras culturais não escritas, com os meios por meio dos quais as situações sociais e os cenários se definem, e com as regras de inclusão e exclusão.

Por outro lado, a variação nas maneiras de “construir um ambiente”, que são detectáveis de sociedade para sociedade, necessitam ter suas causas investigadas pelo viés da multiplicidade. Ou seja, é preciso levar em conta aspectos os mais diversos como fatores socioculturais e fatores ligados ao próprio ambiente natural. Assim, a existência de certos tipos de matéria-prima na região e o próprio clima desta leva a certas resoluções arquitetônicas, as quais seriam diferentes em regiões submetidas a outras conjecturas (Florenzano, 2004).

Uma vez estruturado, o ambiente construído induz comportamentos, conforme salientamos acima. A localização de portas e corredores, por exemplo, regra o grau de acessibilidade de um indivíduo a um ambiente determinado; ou então, a existência ou não de janelas determina o grau de exposição de um ambiente. Citamos como exemplo concreto as áreas de estocagem e de armazenamento do palácio de Cnossos, em Creta (Id. do Bronze), os quais eram acessíveis apenas aos indivíduos que trabalhavam no palácio. A estruturação arquitetônica do local obrigava os visitantes, por meio do único caminho possível, a encaminharem-se diretamente ao grande pátio (local das reuniões sociais desta sociedade) (Hagg e Marinatos, 1987). O espaço é mnemônico, lembra o agente como agir.

É o que os estudiosos denominam comunicação visual. Os ambientes construídos são capazes de facilitar ou de inibir comportamentos latentes, incluir ou excluir grupos sociais (Rapoport, 1982, cap. 3; Florenzano, 2004).

Assim, entre os objetivos de quem estuda os ambientes construídos, como reflexo da organização social que são, encontra-se a preocupação em descobrir como a cultura os gera e como o seu sentido é transmitido e apreendido.

Rapoport se preocupa igualmente com a identificação dos mecanismos que estabelecem esta comunicação visual dentro do ambiente construído. Algumas regras podem ser estabelecidas:

1. O ambiente construído é instrumento de aprendizagem e de aculturação;
2. Estabelece hierarquias;
3. Estabelece normas de comportamento;
4. É um instrumento mnemônico;
5. Expressa as formas de comportamento social;
6. Induz o comportamento social.

Tendo em vista o exposto acima, que entendemos ser uma linha teórica condutora dos questionamentos que se seguem, vemos que as opções de um grupo social na forma como organiza seu espaço e, assim, o constrói, são fonte para o entendimento deste mesmo grupo. Quais eram seus meios de subsistência, seu nível econômico, político e como estava estruturada sua sociedade?

O sedentarismo leva os grupos sociais, de uma maneira geral, a construir assentamentos mais complexos, de acordo com inúmeros fatores: políticos, econômicos, sociais e inclusive demográficos. A cidade, nesta perspectiva, constitui o nível máximo de elaboração de um assentamento por um determinado grupo social. Impérios da Antiguidade ou países modernos, ambos baseiam-se na existência de núcleos populacionais vivendo em cidades, grandes e pequenas. No fundo, a definição de aldeia, vilarejo, fortificação e outros que possam ser empregados na descrição de um assentamento humano tem como parâmetro a cidade. Assim, em nosso Projeto, onde trabalhamos justamente com a organização social dos núcleos a partir dos dados que estamos levantando a respeito de seus ambientes construídos e

do uso que fizeram de seu território, definir ‘cidade’ e, por conseguinte, as formas de assentamento que desta derivem, é passo crucial.

O historiador Kolb (1992, p. 11) define a história da humanidade sedentarizada como a história da cidade. O surgimento da cidade como forma de assentamento complexo costuma aparecer vinculado ao próprio desenvolvimento da agricultura entre os homens. Gordon Childe (1960 (1941), cap. 5), arqueólogo que lançou muitas das bases da ciência conforme a conhecemos hoje, trabalhou profundamente esta relação. Ele acreditava que o ser humano foi o agente de uma ‘revolução urbana’ uma vez iniciada a prática da agricultura. A conseqüente produção sistemática de alimentos libertou o homem da constante luta pela sobrevivência.

A lógica por detrás desta teoria está no entendimento que apenas a partir da produção de excedente uma parcela da sociedade pôde se retirar do estenuante trabalho de manutenção da subsistência para se dedicar a outras atividades. Uma vez posto em marcha, este processo levou à diferenciação social, com a divisão do trabalho. A hierarquização da sociedade levou, em última instância, ao Estado (Florenzano, 2004).

No entanto, indiscutível também é a noção de que a cidade antiga não subsiste sem o trabalho nos territórios ao seu redor. Isto é, o uso da terra, do campo, das florestas, dos pastos e das áreas de extração mineral, que costumam fazer parte do território da cidade, é essencial para a manutenção da sociedade que a compõe. Seja para sua própria sobrevivência, seja para a realização de trocas com o exterior. Na Antigüidade Clássica, esta noção levou ao reconhecimento de que não podemos separar a área urbana da área rural. Ou seja, a cidade do Mundo Antigo não existe como apenas área urbana, área composta pelo ambiente construído de Rapoport. Os campos e as áreas naturais em geral são fonte de manutenção permanente e com ela formam um bloco único.

Esse e outros tópicos fazem parte de um dos maiores debates historiográficos sobre o Mundo Antigo, que gira em torno de questões relativas ao surgimento e desenvolvimento da cidade antiga e, mais especificamente, da polis grega.

A Revolução Industrial do século XIX europeu conduziu a sociedade ocidental à uma urbanização acelerada dos núcleos sociais (processo este reiniciado, após a derrocada do Mundo Clássico, na Baixa Idade Média). O desenvolvimento técnico do período criou condições para que cada vez mais pessoas vivessem e trabalhassem no mesmo assentamento: as cidades. Assim, sedimentou-se a noção de cidade como espaço urbano, local com muitas construções, vias de comunicação e sistemas de armazenamento e escoamento de água (Florenzano, 2004).

A obra de Fustel de Coulanges, *La Cité Antique. Estudo sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma*, escrito em 1864, é um dos grandes clássicos do debate historiográfico que busca a origem desta cidade moderna no Mundo Antigo, no desenvolvimento da polis grega (apresentamos anteriormente a posição de G. Childe).

Trabalhando essencialmente com documentação escrita, o autor aborda as origens da cidade antiga do ponto de vista político e, sobretudo, religioso. Desta maneira, demonstra que a cidade do Mundo Clássico era muito mais que um simples aglomerado de pessoas. Um dos pontos mais relevantes levantados por Fustel de Coulanges trata da ligação entre economia, política e religião. Isto é, as duas primeiras definem-se, na Antigüidade, a partir da última. A religião define as relações sociais e o cientista humano não consegue apreender todo o processo de desenvolvimento da cidade antiga sem aceitar este pressuposto (Fustel de Coulanges, 1999 (1864), p. 13-5).

Fustel de Coulanges acreditava que a base da comunidade era a família e que a religião era o elemento de coesão desta, seja no culto doméstico como no culto dos antepassados. Já tivemos oportunidade de comentar acerca das importantes evidências do culto aos antepassados entre os berberes da Antigüidade e de como os grupos indígenas se formavam com base na memória de um antepassado comum a todos os clãs componentes do grupo (vide “O rei berbere e o uso da terra”). Neste sentido, é interessante visualizarmos uma abordagem para a origem das comunidades sedentárias que explique o fenômeno não em razão de desenvolvimentos econômicos (como a tese do surgimento da agricultura preta) e sim a partir de relações sociais elaboradas, sustentadas pela crença religiosa. Para Fustel de Coulanges as primeiras comunidades cresceram, evoluindo para o *genos*, depois para a tribo e, finalmente, para a pólis e para a *civitas*. Para o autor esta era uma sucessão histórica e não conceitual. A seminal questão do desenvolvimento da propriedade e da divisão das terras segue a seqüência de “evolução” da sociedade ora apresentada (Finley, 1989, p. 9).

Apesar das idéias de Coulanges serem hoje criticadas em razão do peso que este atribuiu a fatores

religiosos, a questão da ingerência religiosa em todos os segmentos das sociedades antigas é uma tese aceita amplamente pela crítica moderna. Karl Polanyi batizou o conceito da religião como *embedded*, isto é, imbricado nos outros aspectos sociais (políticos, econômicos e culturais) do Mundo Antigo. (Polanyi, 1965).

Um segundo autor muito importante para o desenvolvimento dos estudos acerca da origem da cidade foi Max Weber. Em sua obra póstuma *Economia e Sociedade* (1944), elaborada a partir de anotações do autor compostas nos últimos cinco anos de sua vida, foi publicado um estudo sobre a cidade denominado “A dominação não-legítima (tipologia das cidades)”. Este texto de Weber é um dos mais citados pela bibliografia acadêmica moderna que aborda a questão. A preocupação maior de Weber era entender as regras do funcionamento humano em sociedade. Weber estudou o poder (política), a religião e o capitalismo. Para Weber o capitalismo era a forma universal da modernidade e a expressão da racionalização do homem. A divisão das sociedades realizada pelos estudiosos funcionalistas em racional e tradicional (Wheatley, 1972, p. 602 e seguintes) é baseada em Weber. As sociedades tradicionais têm suas instituições econômicas subordinadas às normas religiosas e morais, já as racionais possuem um sistema de mercado autônomo e auto-regulável (Wheatley, 1972, p. 603). No entanto, entre estes dois parâmetros, Weber apontou uma pluralidade de outras formas sociais. O conceito de ‘tipo ideal’ foi estabelecido por ele de maneira a ser um instrumento de manipulação destas questões. Isto é, o ‘tipo ideal’ é um instrumento de análise e não pretende explicar a sociedade no seu conjunto. Neste sentido, é uma utopia, pois é uma construção do pesquisador.

Em razão de seu interesse central, a origem do capitalismo, ele estudou a cidade antiga para entender porque este não se desenvolveu então. Assim, Weber, por meio do método comparativo, escreveu um longo ensaio sobre a morfologia das cidades antigas e das cidades medievais. Destas comparações, o autor estabeleceu seu ‘tipo ideal’, isto é, estabeleceu as características que um assentamento humano deve possuir para que possa ser denominado cidade: 1) uma fortaleza; 2) um mercado; 3) tribunal próprio e direito, pelo menos parcialmente, próprio; 4) caráter de associação e unido a isto 5) pelo menos, uma autonomia e autocefalia parcial, portanto, administração por autoridade em cuja designação os habitantes participassem de algum modo (Weber, 1944, p. 949). Entretanto, conforme apontamos acima, como ‘tipo ideal’ não é esperado que toda cidade possua todos os critérios apresentados aqui.

Para Weber, a cidade é um assentamento que apresenta uma certa densidade, é uma localidade em que as pessoas moram juntas e não dispersas em um território. Neste sentido, nos afastamos não só dos assentamentos norte-africanos da Antiguidade, mas até, em certa medida, da própria polis grega. Além disso, a produção industrial e o comércio são as bases de sustentação econômica da população e não a agricultura. Weber apresenta diversos exemplos deste estado das coisas em cidades medievais e modernas. Esta definição de cidade já havia sido adotada anteriormente, W. Sombart assim definiu o termo: “Uma cidade é um assentamento de homens que, para sua manutenção, confiam nos produtos do trabalho agrícola estrangeiro (ou alheio)” (*Der moderne Kapitalismus*, 1902 *apud* Finley, 1989).

Sob esta perspectiva, temos que a cidade antiga era uma cidade de consumidores e não de produtores, ou seja, o que se produzia ali era ali mesmo consumido. Nela vivia-se da produção agrícola gerada em seus campos. Na cidade antiga, segundo Weber, a população residente satisfazia uma parte economicamente essencial de suas necessidades diárias no mercado local e isso, em grande parte, por meio de produtos que os residentes e os habitantes das proximidades produziam ou adquiriam para vender neste mercado. Este fator representa a explicação da não existência do sistema capitalista na Antiguidade.

M. Finley trabalhou com algumas das questões apresentadas acima em seu texto “A cidade antiga: de Fustel de Coulanges a Max Weber e além” (1989). Utilizando as características essenciais que os antigos entendiam necessárias para classificar um assentamento de cidade (mas não de cidade-estado), conforme apresentada por Pausânias (X, 4, 1): ter edifícios públicos, teatro, praça pública e água encanada; Finley afirma que uma cidade é mais do que um aglomerado de pessoas³. Existiriam condições necessárias de arquitetura e bem-estar, que, por sua vez, expressariam certas condições sociais, culturais e políticas na definição de cidade. Ainda seguindo o que os próprios textos gregos nos transmitem, Finley cita Aristóteles (*Política*, 1330a, 34ss). Este filósofo considerava que o assentamento e o planejamento de uma cidade envolvia quatro considerações básicas: saúde; defesa; adequação à atividade política e beleza.

No entanto, o próprio Finley lembra que de um lado temos a definição em si e de outro temos a própria cidade antiga, a qual, segundo este autor, acabava por incluir tanto aldeias e vilarejos como cidades (1977, p. 3). Uma outra questão a ser considerada diz respeito às definições administrativas que

um determinado grupo social elabora para classificar sua forma de organização espacial, isto é, suas aglomerações. Qualquer Estado territorial que tenha um certo número de aglomerações dentro de seus limites deve, necessariamente, definir e distinguir essas aglomerações para fins de policiamento, taxação, manutenção de estradas e todas as outras exigências e serviços que a vida social apresenta (Finley, 1977, p. 4).

O conhecimento de como uma sociedade classificava suas aglomerações é extremamente útil para o pesquisador. No exemplo citado acima, em que Pausânias apresenta as características essenciais de uma cidade, este autor estava negando a condição de 'cidade', no sentido estrito, a um pequeno povoado da Grécia central. Mas o que ele não pôde negar foi seu estatuto de cidade-estado e todas as condições teóricas de independência política e econômica que daí derivam, as quais nos foram transmitidas por outros textos gregos da Antigüidade⁴. De maneira semelhante, sabemos como os romanos classificavam suas cidades, principalmente durante o Império. Às várias categorias (*civitas*, *vicus*, *colonia*, e outras) alocamos uma posição na hierarquia social e política do Império. No entanto, não possuímos nenhuma fonte documental escrita que faça o mesmo com relação aos berberes do Norte da África, a saber mesmo para as aglomerações do Império Cartaginês. Desse modo, vemo-nos obrigados a trabalhar com as confusas informações sobre os assentamentos norte-africanos que os próprios romanos nos deixaram (conforme veremos adiante) e, sobretudo, a tentar visualizar, por meio das idéias por detrás do conceito do ambiente construído, a organização do espaço entre os berberes a partir dos vestígios materiais de seus assentamentos.

Nesse sentido, o cientista humano trabalhando com o tema do espaço tem, em nosso entender, dois caminhos possíveis. Ele pode estabelecer um conceito de cidade baseando-se em informações paralelas, e trabalhar com este conceito ao analisar a organização social de um grupo, testando e remodelando-o à medida que avança na pesquisa e na análise dos vestígios materiais. Ou ele pode ter acesso à definição de cidade que o grupo social elaborou e trabalhar com esta definição na análise da organização social deste grupo (o que é possível fazer com relação ao mundo grego e romano, mas não norte-africano berbere).

No mundo grego, a polis, isto é, a cidade-estado, representava uma unidade que englobava campo (áreas de plantio e de extração) e área urbana (a 'cidade' no sentido estrito). Aristóteles e Platão (*Política*, livro 1 e *República*) entendiam que a cidade nasceu devido à incapacidade das duas formas anteriores de associação humana -- a família e o agrupamento de parentesco maior -- de satisfazer as necessidades legítimas de seus membros.

O objetivo social maior da polis, a autarquia, só era possível porque estes filósofos pensaram suas cidades como uma unidade campo e área urbana.

Até o fim da Antigüidade as cidades antigas do mundo clássico mantiveram consideráveis extensões de terreno rural como parte integrante de seu território reconhecido (Finley, 1977, p. 5). Cidades sem território rural, como as *emporía*, eram fenômenos raros.

Monarcas helenísticos e imperadores romanos, ao estabelecer coleta de impostos e taxas, reconheciam que o campo era parte integral da cidade. O mesmo valia para a cidadania municipal. Estrabão (4. 1. 5) escreveu como os "bárbaros" ocidentais (entre estes com certeza estão os berberes) e setentrionais recém-conquistados tornariam-se "civilizados" tão logo estivessem estabelecidos na agricultura e, portanto, na vida urbana.

O mundo que Estrabão descreve parece excluir a existência de cidades entre os "bárbaros", ao menos nos moldes das cidades gregas. No entanto, temos vários exemplos de cidades que seguiam, em certa medida, estes moldes. Isto é, possuíam algumas condições arquitetônicas e de autonomia política e econômica muito antes da presença romana na região norte-africana (mas não anterior à presença fenícia). Por exemplo, tanto Cirta quanto Volubilis são cidades consideradas de origem e desenvolvimento berberes e que são datadas do século III a.C. (Kormikiari, 2000).

O ponto importante para entendermos aqui, entretanto, é que nenhum autor antigo considerava a relação entre o setor urbano e o rural em termos de aquisição, produção e troca de mercadorias. K. Bücher, importante pensador que influenciou o pensamento weberiano, mesmo não trabalhando diretamente com o tema da cidade antiga, abordou a questão ao comparar as cidades medievais e modernas com as da Antigüidade: "O grego e o romano que residiam na cidade eram os possuidores e exploradores da terra, mesmo que deixassem o trabalho ser feito por escravos e arrendatários...isso não acontecia com os habitantes de nossas cidades medievais...cidade e campo tinham se separado em relação à atividade econômica." (Finley, 1989, p. 14). A cidade antiga foi, igualmente para Bücher, um centro de

consumo: “Com o termo cidade de consumo refiro-me àquela que paga por sua manutenção...não com seus próprios produtos, porque não precisa. Sua manutenção deriva, mais precisamente, de uma exigência legal, como impostos ou rendas, sem ter que resgatar valores de restituição.” (Finley, 1989, p. 14). A definição de cidade antiga que Bücher apresenta adequa-se perfeitamente, de fato, ao que conhecemos acerca da polis grega. Retomando Weber, este autor via a cidade antiga como consumidora, porque a receita dos grandes consumidores originava-se de algum tipo de renda. Assim, o homem urbano típico da Antigüidade era alguém que obtinha seu sustento de sua própria terra. Apesar de sabermos que as cidades do Mundo Antigo comportaram uma massa grande de trabalhadores urbanos, que viviam dos serviços que prestavam nas cidades, esta visão weberiana estabelece importante parâmetro.

Entretanto, afora estes autores do final do século XIX e começo do século XX, de maneira geral encontramos com mais freqüência uma falta de critérios dos historiadores e sociólogos modernos no estabelecimento de diferenças entre a cidade antiga e as cidades de outras épocas. Ou seja, até hoje, apesar da polis ser, com relação ao mundo grego, talvez o grande centro de atenção dos pesquisadores, não possuímos uma tipologia utilizável das várias formas de cidades do Mundo Antigo (Finley, 1989, p. 7).

Recentemente, foi criado na Dinamarca o *Copenhagen Polis Centre*, que tem como diretores Mogens Herman Hansen e Simon Hornblower. Os resultados do Centro são apresentados em simpósios específicos, que são publicados pela Oxford University Press. O objetivo final deste centro de pesquisas é de produzir um inventário completo de todas as poleis arcaicas e clássicas (incluindo as colônias) atestadas nas fontes contemporâneas (de c. 600 a 323 a.C.). Além do inventário, um outro objetivo é realizar uma análise profunda da origem, natureza e desenvolvimento da polis.

O foco das pesquisas desenvolvidas pelos membros do *Copenhagen Polis Centre* está centrado na busca por evidências, da própria Antigüidade, a respeito das poleis, ou seja, pretende-se compilar, nas fontes contemporâneas, as comunidades que foram denominadas “polis” e não inferir que tal comunidade foi uma polis a partir de concepções de autores modernos.

Pretende-se, assim, fornecer uma base mais sólida para estudos de origem, desenvolvimento e natureza da polis grega. Além disso, há um objetivo paralelo de se estudar a polis grega da Antigüidade a partir de comparações com cidades-estado de outras culturas e períodos.

A definição básica de cidade-estado para os membros do Centro é a que entende a polis como uma “pequena comunidade política de cidadãos vivendo em ou ao redor de um centro urbano e unida no tocante ao gerenciamento de suas instituições políticas” (Hansen, 1997, p. 13). Esta definição e uma série de outros pressupostos são usados para que comunidades tidas como cidades-estado na bibliografia acadêmica não sejam incluídas como tal pelos membros do Centro, ao mesmo tempo que permite a inclusão de outras.

Entre os objetivos já citados do *Copenhagen Polis Centre* inclui-se, ainda, a análise da polis enfatizando o seu aspecto secular e não o religioso, pressuposto que se opõe à teoria de François de Polignac desenvolvida primeiramente em sua tese de doutorado, publicada em francês em 1984, *La naissance de la cité grecque* e re-publicada pela Universidade de Chicago em 1995, em inglês, com o título *Cults, Territory and the Origins of the Greek City-state*. A proposição básica de Polignac é que a religiosidade teria sido o elemento fomentador da união e da identificação entre os indivíduos no final do Período Geométrico grego. O sinecismo políade estabelecia-se com o desenvolvimento de duas áreas culturais específicas, uma localizada no núcleo principal de habitação (*asty*) e a outra no setor extra-urbano (*chora*). A polis grega teria, portanto, origem no estabelecimento progressivo de coesões sociais e de hierarquias, que tomam forma a partir da necessidade, de várias comunidades dispersas em um determinado território, de entrar em acordo com relação à escolha dos cultos mediadores e das modalidades de participação em seus ritos. Os cultos mediados consistiam, desse modo, de cultos dedicados às divindades protetoras do território e, em segundo lugar, dos cultos dedicados no coração do centro urbano aos heróis, fundadores míticos (ou reais) da cidade. Nos dois pólos do espaço cívico, encontramos os santuários extra-urbanos e os túmulos dos heróis combinados para confirmar a dominação sobre o território. A polis grega é assim vista não como uma formação estatal estruturada mas sim como “um agente que desenvolveu vários modos de participação em práticas sociais ritualizadas” (1995, p. viii e passim).

Acreditamos, de fato, que o estabelecimento de teorias unicasais para o surgimento da polis invariavelmente negligenciam aspectos paralelos importantes. A concepção de M. Finley (1989, p. 16), que entende a polis como uma cidade de consumo, que nasce em volta da cidade residencial, dos grandes

proprietários de terras, e assim permanece mesmo com a diminuição no número desses proprietários, em razão do crescimento urbano e populacional, poderia ser criticada por ser extremamente economicista⁶.

No entanto, o próprio Finley, retomando Weber, afirma não podermos definir cidade apenas pelo viés econômico. Dessa maneira, ele cita Weber, para quem "...uma simples aglomeração residencial de comerciantes e de interesses industriais e a satisfação regular das necessidades diárias do 'mercado' não esgotam por si sós o conceito de 'cidade'...", pois esta é também uma "...associação reguladora da economia", abrangendo "...os objetos característicos da regulamentação da política econômica no interesse da associação e uma matriz de medidas características" (Finley, 1989, p. 17). Ou seja, a política e a autoridade política mudam-se para o centro no desenvolvimento das cidades.

Um dos pontos cruciais da argumentação de Finley é a existência da 'cidade antiga' como uma categoria única. Ele afirma que o fato de sabermos, de fato, que houve inúmeras formas diferentes de cidades no Mundo Antigo, não anula a possibilidade da existência da categoria, pois todas possuíam alguns dos fatores apontados acima. Resta aos historiadores trabalharem em uma tipologia da cidade antiga⁷.

Conforme argumentamos em nosso texto "O rei berbere e o uso da terra no Norte da África", a questão da propriedade privada entre os berberes ainda não foi fechada no debate historiográfico. No entanto, pensar os assentamentos berberes como centros consumidores é válido, como também o é a questão do duplo territorial: urbano/campo. De fato, pelo que sabemos da organização tribal berbere (dados apresentados em nosso Projeto e nos textos "Etnologia norte-africana" e "O rei berbere e o uso da terra no Norte da África"), as cidades destes só podem ter se formado a partir de modificações socioeconômicas ocorridas por meio de contatos com os fenícios e cartagineses no final do período proto-histórico. A datação destas cidades, em geral situada entre os séculos IV e III a.C. (Volubilis, Cirta, Banasa) parece confirmar esta hipótese (Kormikiari, 2000; Girard, 1984).

Por outro lado, apesar de termos discutido anteriormente os possíveis aspectos sociais, econômicos, políticos e religiosos da formação e desenvolvimento da cidade antiga, há autores que se concentraram em uma definição também física desta. Assim, F. Kolb em sua obra *La ciudad en la Antigüedad* (1992) defende que a cidade antiga relaciona-se, essencialmente, com a existência de um lugar físico fixo, com o desenvolvimento nestes lugares das realizações humanas e com a coordenação ali das atividades humanas. A cidade antiga, segundo Kolb, teria como pressuposto básico ser um local central. Este autor elaborou seis critérios para a definição de cidade (Kolb, 1992, p. 15):

1. Unidade topográfica e administrativa do assentamento;
2. Função do assentamento como centro de um entorno;
3. Divisão do trabalho e diferenciação social bem definida;
4. Diversidade de construções;
5. Modo de vida urbano;
6. População de vários milhares de habitantes (lugares com alguns milhares devem ser considerados casos limites).

Destes fatores, os quatro primeiros são, em nosso entender, essenciais para podermos qualificar uma localidade de cidade, na Antigüidade.

Por outro lado, E. Lepore (1987), apesar de confirmar a necessidade do estabelecimento de regras para a definição da cidade antiga, acredita que apenas o confronto com as fontes textuais pode permitir uma análise mais completa de cada caso. Este autor também relaciona o desenvolvimento da polis à passagem do público para o privado, ao mesmo tempo que as divisões sociais internas (fatrias, tribos e genes) não deixam de existir e sedimentam a democracia grega.

Por fim, Levi (1989) desmonta os critérios propostos por Kolb e propõe em primeiro lugar uma hierarquização entre "centro habitado" e "cidade". Levi mostra que a única regra possível na criação de um conceito que dê conta da explicação do fenômeno urbano é a de que um "centro habitado" para ser considerado uma "cidade" deve necessariamente exercer uma ação que interessa às pessoas e aos países que se encontram fora dos limites de seu território (Florenzano, 2004).

Podemos destacar, do que foi exposto acima, dois fatores recorrentes: a propriedade privada e a articulação campo e área urbana. Acrescentamos, ainda, um ponto para nós essencial: o da especialização dos espaços. Neste sentido, a teoria do ambiente construído de Amos Rapoport é a base para as análises do significado desta especialização em termos sociais.

De fato, acabamos percebendo como inexiste uma definição única de cidade antiga e uma tipologia destas; ao contrário, existem vários modelos possíveis e válidos. O historiador C. R. Whittaker

(1993) mostra como todos estes enriquecem nossa percepção da cidade antiga, sem entretanto propor um modelo único de interpretação. A cidade antiga, ao menos o modelo grego tradicional, comporta uma “malha urbana” (casas; edifícios públicos; locais públicos de encontro como os teatros e as ágorai; templos e ruas guiando a circulação) e um território ao redor desta, composto por áreas de pastagem, de agricultura, de extração mineral, bosques e florestas (não necessariamente todas estas características são encontradas juntas) (Florenzano, 2004)⁸. Nossa proposta é a de tentar, tendo estes critérios em mente, verificar se podemos tratar as cidades berberes como se adequando a este modelo, mesmo com especificidades, ou se representam um caso original.

A cidade norte-africana

Fontes escritas gregas e latinas (Políbio, Tito-Lívio, Salústio, e outros) e a própria documentação material (epigrafia e moedas) indicam que a partir do século IV-III a.C. os berberes teriam a monarquia como forma de organização política. Os reinos dessas populações norte-africanas teriam sido baseados em coligações de vários grupos sob a liderança de uma família agnática, que era a base da organização social berbere (Camps, 1960; Desanges, 1980; Fentress, 1982).

À falta de textos históricos ou literário berberes, ficamos restritos às informações que autores estrangeiros nos passam com relação às formas de funcionamento da monarquia berbere⁹. De fato, a vida cotidiana dos reinos nômades, que nos foi transmitida por gregos e latinos, muitas vezes nos parece exageradamente romanesca. Entretanto, cremos ser útil apresentar alguns pontos destes relatos em nossa procura pela concepção dos assentamentos berberes.

O poder dos reis era instável, relatos de conspirações constantes e intrigas são comuns nas fontes textuais. Além do mais, os reis entravam constantemente em conflito, lutando pela extensão de suas fronteiras, com frequência mal fixadas. No entanto, as fontes falam em coleta de taxas sobre os súditos destes reis, estivessem eles no campo ou nas cidades.

Dessa maneira, a população das cidades e os camponeses sedentários das planícies são os melhores súditos, de quem mais facilmente é possível cobrar taxas e impostos. Assim, interessa ao soberano aumentar as áreas agrícolas, garantindo mais gente estabelecida. Mas isto requer que ele possua exércitos capazes de proteger os camponeses das incursões dos grupos seminômades, mantendo estes últimos vigiados e sob controle e, inclusive, cobrando pedágios destes sempre que seus caminhos os levarem a áreas mais centralizadas e melhor guardadas do reino.

Os grupos indígenas mais afastados, em montanhas e outros locais de difícil acesso, se não podem fazer, efetivamente, parte do reino, como bons pagadores de impostos e taxas, ao menos podem ser controlados à distância e mantidos, assim, isolados.

A grande maioria dos impostos não eram pagos em “dinheiro”, e sim em natura. A circulação da riqueza garantia-se, então, pela venda destes produtos para fora, por exemplo, para Cartago (Gsell 1927, vol.V, p. 138-9). Isto quando estes produtos não eram dados como pagamento de vassalagem para a capital púnica.

Do mesmo modo que no Makhzen marroquino (período moderno) os cargos que demandavam instrução eram arrebatados pelos habitantes das cidades, nas cidades púnicas e berberes encontravam-se, neste sentido, os empregados dos reis (Gsell, 1927, vol. V, p. 140). No entanto, Nabdalsa, um dos chefes “amigos” do rei Jugurta, a quem este cede uma parte de seus negócios, tinha um secretário nômada (Salústio, *Jugurthinum*, LXXI, 3-4). Um nômada, originário de um pequeno vilarejo, foi denominado por Salústio como *proximus lictor* (*Jugurthinum*, XII, 3-4).

A principal fonte de recursos dos reis era a cobrança de impostos (Cícero, *Verrines*, Act. II, iv, 46, 103). Estes eram regulares nas cidades e no campo, mas dependiam do poder de persuasão do soberano. Alguns grupos possuíam isenção momentânea ou permanente. Algumas cidades, inclusive, tinham esse privilégio (Salústio, *Jugurthinum*, XCII, a respeito de Capsa, região dos *capsitani*, durante o reino de Jugurta). O mesmo devia ocorrer com grupos indígenas que exercessem funções militares específicas ou das quais fosse impossível conseguir bens (Gsell, 1927, vol. V, p. 152).

Conforme mencionado, os impostos eram arrecadados, majoritariamente, em natura - o que explica a riqueza de grãos e de cevada que as fontes escritas atribuem aos reis indígenas (Salústio, *Jugurthinum*, XCII, 7; *Bell. Afric.*, XXXVI, 4). Plutarco (*César*, 55) escreve que após ter transformado o reino de Juba I em província (isto é, parte da Numídia berbere que passa a se chamar *Africa nova*), César

felicita-se diante do povo romano por ter assegurado para a República uma região da qual seria possível conseguir, todos os anos, 105 mil hectolitros de trigo.

Também havia o confisco de animais, gado e cavalos, que eram usados nos exércitos. Os reis faziam um censo dos rebanhos todos os anos (Estrabão, XVII, 3, 19).

Por fim, os impostos das cidades eram resgatados em “dinheiro”. A quantia que os cartagineses arrecadaram das cidades da região das Sirtes foi exigida de volta por Massinissa (Tito-Lívio, XXXIV, 62, 2).

Novamente, por meio das fontes textuais antigas apreendemos que os reis berberes recolhiam e guardavam seus tesouros reais em suas capitais, como Cirta e Zama, mas também em outras cidades, como Suthul, Thala e Capsa (Apiano, *Lib.*, 106; Valério-Máximo, V, 2, ext., 4; Salústio, *Jugurthinum*, XII, 1-2; XXXVII, 3; LXXV, 1; *Bell. Afric.*, XCI, 2; Estrabão, XVII, 3, 12 e outros). Essas mesmas fontes são pródigas em mencionar as caixas de tesouro dos reis berberes e como eles possuíam amor pelo “dinheiro”. O relato de Salústio sobre a guerra de Jugurta pelo poder é recheada de menções às próprias que o rei berbere oferecia aos romanos, de generais a senadores, em troca de um favorecimento para a sua causa.

Fortalezas, segundo os textos antigos, eram construídas em posições geográficas estratégicas, para que o rei pudesse controlar melhor seu território. É um raciocínio lógico pressupor que os diversos grupos sedentários e agrupamentos seminômades, de tempos em tempos, oferecessem resistência e revoltassem-se contra os pagamentos e o poder central. Salústio (*Jugurthinum*, XCII, 5-7) menciona um *castellum* perto do rio Moulouia, em uma posição quase inexpugnável. O mesmo tipo de menção também ocorre no *Bell. Afric.* (XXXVI, 4).

Para ocupar estas fortalezas e também para proteger mais diretamente o rei -- não mencionando os conflitos entre os próprios reis indígenas e os cartagineses e romanos -- fazia-se necessária a existência de tropas permanentes e, em razão das características geográficas da região, de tropas de cavaleiros e de infantaria que se locomovessem rapidamente -- a cavalaria nômada era particularmente renomada (Gsell, 1927, vol. V: 145-7). No entanto, apesar das menções acerca do uso de mercenários nos exércitos berberes, não possuímos outras informações acerca do recrutamento e da manutenção dessas tropas.

Uma das capitais de Juba I foi Zama, denominada *Zama regia* pelas fontes textuais. No entanto, a noção de “capital” não pode ser apreendida nos mesmos moldes de uma capital real helenística. Lembramos o episódio do *Bellum Africanum*, no qual vemos que a população de Zama, a “capital” de Juba I, impede-o de entrar na cidade após sua derrota em Tapso e opta por apoiar Júlio César (*Bellum Afric.*, XCI-XCII). De fato, St. Gsell acreditava ter existido mais de uma cidade com nome de Zama. A primeira ficaria a pouca distância de Sicca (na Tunísia moderna), e seria a cidade que resistiu à pressão romana de Metelo durante a guerra de Jugurta. Segundo Salústio (*Jugurthinum*, LVI, 1) era uma “grande cidade, rica em armas e em homens, cidadela do reino na região onde está situada”. A segunda seria a capital de Juba I, a *Zama regia* dos textos (*C.I.L.*, VI, 1686; *Bell. Afric.*, II), próxima da moderna Jama (Gsell, 1918, vol. III, p. 256).

Por fim, sobre Cirta (atual Constantina) as fontes afirmam que foi a grande capital dos reinos masesilo e massilo. A primeira menção a esta cidade aparece no final da Segunda Guerra Púnica, na qual se assinala que ela era a capital do reino de Sifax, dos masesilos (Tito-Lívio, XXIX, 30, 5; XXIX, 32, 14; XXX, 12, 3; Apiano, *Lib.*, 27; e outros). Massinissa perece ali em 148 a.C.. Em seguida, foi a capital de Micipsa e, depois, de outros reis (Estrabão, XVII, 3, 13; Apiano, *Lib.*, 106). Aderbal ficou sitiado na cidade, por Jugurta, durante meses (Salústio, *Jugurthinum*, XXI e seguintes). Ela permanece capital indígena até o último rei nômada, Juba I (Apiano, *Bell. civ.*, II, 96), apesar deste preferir habitar Zama. Uma cidadela existia, sem dúvida, no topo culminante da cidade, no mesmo local onde os romanos construíram, mais tarde, o seu Capitólio e onde árabes e turcos levantaram sua *kasba*, na Idade Média (Gsell, 1927, vol. V, p. 274). Com exceção de Cartago, é em Cirta que se encontrou o maior número de inscrições púnicas do Norte da África. Em 1950, na colina chamada El-Hofra, descobriu-se um santuário dedicado às divindades cartaginesas Baal Hammon e Tanit Pene Baal. Um número expressivo de estelas foram escavadas em uma fossa na colina. Estas estelas continham 248 inscrições púnicas, 35 inscrições neo-púnicas e 17 inscrições gregas. A. Berthier, arqueólogo responsável pelos trabalhos em El-Hofra, datou 9 dessas inscrições do final do reinado de Massinissa, entre 163 e 148 a.C. (Berthier, 1965, p. 32).

Este é o quadro geral que as fontes textuais nos transmitem acerca da organização do espaço entre os berberes. Temos uma ocupação ampla do território, nas planícies ficariam as cidades e as terras agrícolas com seus vilarejos e nas montanhas temos as áreas dos seminômades com suas aldeias ali

encravadas. No entanto, se procurarmos por uma homogeneidade na descrição do assentamento por parte dos autores antigos não encontraremos.

As fontes textuais apresentam dados confusos no que toca a classificação dos assentamentos indígenas. Aldeias e vilarejos são designados nos textos em latim pela palavra *castellum* (Salústio, *Jugurthinum*, LIV, 6; LXXXVII, 1; *Bell. Afric.*, II, 6; VI, 6; Tito-Lívio, XLII, 23; Justino, XXII, 5, 5). *Vicus* aparece raramente (Tito-Lívio, XXIX, 30, 7) e corresponde ao termo grego κωμη (Apiano, *Lib.*, 12), isto é, aldeia. Políbio (XIV, 1, 7), assim como outros (Estrabão, XVII, 3, 15; Apiano, *Lib.*, 68), qualifica de poleis tanto cidades como vilarejos. Desse modo, Posidônio (Estrabão, III, 4, 13) o repreende por ter elevado à condição de cidades simples πυργοί da Ibéria. O que demonstra que a palavra πυργος (literalmente torre) podia designar tanto vilarejo fortificado, quanto um refúgio (Gsell, 1927, vol. V, p. 239). Apiano relata que os líbios do território cartaginês, em 148 a.C., refugiaram-se em suas torres (πυργοί) e nos seus assentamentos fortificados (φρουρία), “dos quais havia em muita quantidade na *chora*” (Apiano, *Libyca*, 68 e 101). Por fim, temos o termo *oppidum*, que por vezes acompanha *castellum*, e igualmente designa cidades (Tito-Lívio, XLII, 23; Plínio, o velho, *NH*, V, 5; Salústio *Jugurthinum*, XXVI). *Oppidum* é o termo mais utilizado nas descrições da rede urbana da Berberia.

No entanto, na Berberia oriental várias aldeias foram estabelecidas nas planícies. Ali, eram guarnecidas de água por poços. O *Atlas Archéologique de l'Algérie*, organizado por St. Gsell em 1906, indica vários vestígios de construções indígenas para armazenamento de água (f. 46, Djelfa, n. 144; f.17 Constantina n. 326; f. 46, Djelfa, n. 24; f. 46, Djelfa, n. 166) e mesmo o nome de inúmeras localidades modernas, que trazem o prefixo *Ain*, isto é, fonte d'água, assinaladas no Atlas como áreas com vestígios de vilarejos berberes, apontam para essa preferência pelo estabelecimento de um assentamento próximo a fontes naturais.

Por outro lado, na Numídia e na Mauritânia, isto é, nas Berberias central e ocidental, onde por razões de segurança evitavam-se espaços abertos, as aldeias situavam-se no fundo de vales e planícies, em áreas que possuíssem defesas e bens naturais -- água, árvores, pedras -- e que estivessem protegidas dos ventos. Estas aldeias húmidas e mouras eram praças fortes onde uma população de um cantão agrícola se agrupava por razões de segurança. O termo *castellum*, que as designa, seria pois plenamente justificado.

Analisando a documentação textual latina para o período romano no Norte da África, F. Bertrand reconheceu dois significados para o termo *castellum*: um militar e um municipal¹⁰. O primeiro aparece nas fontes quando é empregado junto a verbos como *facere* ou *munire* (edificar ou construir). Neste sentido, o *castellum* pressupõe uma fortificação e corresponderia aos assentamentos mais afastados, localizados nas proximidades do *limes*. No segundo caso, o termo *castellum* vem, por vezes, associado ao termo *oppidum* e denota uma função urbana. Em *HN*, V, 1, Plínio, o velho, afirma que os nomes dos povos e de seus *oppida* são impronunciáveis, e que estes habitam simples *castella* (Aounallah, 1994, p. 1507). Em época imperial, os *castella* da região de *Sicca Veneria* e de Cirta identificam “aglomerações urbanas húmidas, de estatuto *peregrinum*” (Beschaouch, 1981, p. 115). M. R. Cataudella, em um artigo dez anos posterior, defende que foi criado, na área cirtense, uma contraposição entre as comunidades de cidadãos romanos (denominadas *pagi*, como veremos adiante) e as comunidades *peregrinae*, por sua vez denominadas tanto *castella* quanto *civitates* (Cataudella, 1992, p. 321-323). Esta contraposição entre o que era romano e o que era de origem indígena e que não havia ainda “ascendido” a um estatuto político mais elevado ocorre igualmente no antigo território cartaginês, na região de Thugga (Gascou, 1982, p. 140-1; 148).

A. Jodin em sua obra sobre a cidade berbere de Volubilis, aos pés do Atlas marroquino, trabalha exclusivamente com a análise de um dos termos mencionados acima: *oppidum* (Jodin, 1987, p. 205-6).

Plínio, o velho, (*NH*, V, 5) classifica Volubilis como *oppidum*. Na verdade, a palavra *oppidum* possui significados diferentes. O mais corrente é o de “praça-forte”. A acrópole de Volubilis estava cercada por uma muralha desde a época pré-romana, assim, Jodin acredita poder chamar este local cercado, que é mais elevado, de *oppidum* de Volubilis.

No entanto, nos textos de Plínio são encontrados oito referências a cidades da Berberia ocidental que o autor romano qualificou de *oppidum*, o que para Jodin não implica que todas fossem cidades fortificadas: Lissa e Cotta (V, 2); Sala (V, 5); Volubilis (V, 5); um *oppidum* situado no promontório Mulelacha (V, 9); Tamuda (V, 18), Russadir (V, 18) e Lixus (XIX, 63).

A documentação utilizada por Plínio para sua redação é, de acordo com Jodin, posterior à anexação da Berberia ocidental (após 43/44 d.C.), pois ao lado desses *oppida*, Plínio nomeia as cinco colônias romanas da província do oeste (três de Otávio [V, 2]; e duas de Cláudio [V, 5]).

Jodin nota a oposição que aparece entre *oppidum* e colônia. Segundo Plínio, o velho, Banasa estava distante de Volubilis 35 mil passos. Na opinião de Jodin, o autor latino afirma erroneamente que Banasa era uma colônia e Volubilis um *oppidum*. Entretanto, Plínio parece ter se confundido constantemente na qualificação das cidades da Berberia ocidental. Em *NH*, V, 5 ele chama Lixus de colônia de Cláudio (41-54 d.C.) e em outro livro (XIX, 63) ele a chama de *oppidum*. Na opinião de Jodin, *oppidum* para Plínio significaria apenas cidade, de maneira geral e não “praça-forte”.

De qualquer forma, Jodin conclui que para Plínio, o velho, uma cidade norte-africana, tivesse ela estatuto de município ou de colônia, era geralmente denominada *oppidum*. Por outro lado, como vimos anteriormente, ao longo de seu relato Plínio chama a capital de uma nação berbere, ou de um povo não submetido à autoridade romana, também de *oppidum* (*NH*, V, 1).

Um outro autor latino, Pompônio Mela, é igualmente importante fonte na busca dos parâmetros adotados pelos antigos na classificação dos assentamentos berberes. Originário de Tingentera, no sul da Espanha, Pompônio Mela (I, 5 e III, 10) possuía um conhecimento pessoal e direto da África. Sua concepção deste território não nos parece ser muito elevada. Em três ocasiões chama o Norte da África de *parvus*, isto é, pequeno ou “de categoria inferior”. Isto se dá ao descrever o litoral entre Tanger e a embocadura do Moulouia (I, 5), quando ele usa a expressão “*parvis oppidis habitatur*”, que é a mesma que Plínio usa para designar os vilarejos.

No entanto, ao comentar sobre a Mauritânia Cesariana, Pompônio Mela utiliza a palavra *urbs* (I, 5) ao referir-se a Rusgada e a Siga (“*parvae urbs*”). Novamente ao fazer referência às cidades do interior (Gilda, Volubilis e Prisciana) ele utiliza a palavra *urbs*.

Na opinião de Jodin, Pompônio Mela distingue os *oppida* do litoral, que são pequenos, das *urbs*, isto é, das cidades da Mauritânia Cesariana e do interior (Jodin, 1987, p. 207). É interessante notar que tanto cidades de fundação fenícia (Rusgada e Siga) como cidades de fundação berbere, ou ao menos fenício-berbere (Volubilis, Gilda) recebem o importante qualificativo de *urbs*. Ao mesmo tempo, o litoral de Tanger, colônia fenícia desenvolvida e muito antiga, é qualificado como repleto de vilarejos pequenos. Para exemplificar a falta de coesão nos qualificativos dos antigos, Jodin lembra que César, na “Guerra dos Gauleses”, qualificou de *oppidum* e de *urbs* as três cidades que papel mais relevante tiveram em sua campanha, e essa apelação dupla só é dada a elas: Avaricum; Gergovie; Alesia (*BG*, VII, 13, 15, 4, 36, 68) -- sendo que *oppidum* aparece como adjetivo e *urbs* como substantivo.

Já Salústio confere o mesmo sentido que Plínio, o velho, apresenta para *oppidum*, ou seja, “praça-forte”, ao falar das cidades que possuíam um estatuto outro que não município ou colônia. No texto de Salústio apenas as cidades reais de Jugurta foram assim denominadas (ele não usa o termo *Regia*). É assim para Cirta (*Jugurthinum*, XXVI, CII), capital de Massinissa, Thala (LXXV), onde Jugurta abrigava sua família e seus tesouros, e Capsa (XCI), lugar onde as pessoas estavam a favor de Jugurta. Todas essas cidades foram rodeadas de muralhas, o que para Jodin duplamente as qualificaria como *oppida* (tanto em seu papel estratégico como no jurídico).

Já há quase um século, Jodin diz que os proto-historiadores compreendem o termo *oppidum* no sentido mais restrito do termo, isto é, de ‘campo fortificado’. “Esses *oppida* estavam localizados em locais de acesso difícil e defendidos pela sua própria posição, nas montanhas escarpadas, em terrenos rodeados de pântanos...ou protegidas por rios...em ilhas” (E. Besnoist e S. Dosson, *Jules Cesar*, p.639 *apud* Jodin, 1987, p. 208).

Por fim, temos a tese de J. Carcopino, baseada em seu argumento de que Volubilis foi também uma capital de Juba II (como *Iol Caesarea*, na Berberia central, futura Mauritânia Cesariana) e que ambas foram denominadas *oppidum* por Plínio, o velho, com a diferença que Iol foi chamada de *oppidum* e de *caesarea* (V, 20). Assim, para Carcopino *oppidum* poderia muito bem designar, para os romanos, uma antiga capital real. Seria um título de uma cidade ilustre (Carcopino, 1943, p. 170).

Apresentamos a seguir uma tabela com as denominações mais utilizadas pelos autores gregos e latinos da Antigüidade:

*

O estatuto jurídico de um oppidum

Em certos autores antigos o termo *oppidum* significa simplesmente “cidade” (Tácito, *Annales*, XV, 22, qualifica Pompéia de *oppidum*). Por outro lado, Jodin afirma que nenhum *castellum* pré-romano, vazio de habitações, nenhum *castrum* ou posto de refúgio de um povo indígena, jamais teve o privilégio

de ser denominado de *oppidum* por um historiador romano. Por exemplo, o *castellum* que Jugurta teria, segundo Salústio (*Jugurthinum*, XCII), perto do Moulouia e que Carcopino chamou simplesmente de “forte” (Carcopino, 1943, p. 172). No Marrocos moderno, Jodin diz que este seria chamado apenas de “Ksar” (Jodin, 1989, p. 209).

Na verdade, o sentido do termo *oppidum* muda conforme as épocas, acompanhando as modificações históricas do estatuto das cidades. De acordo com os textos, trata-se da metrópole de uma tribo ou de um povo independente, como nos textos de César (ex: Bibracte, *oppidum* dos Eduens), ou de uma cidade anexada a qual se atribui, em seguida a uma conquista, um estatuto do direito romano, como vimos acima em Plínio, o velho.

J. Desanges, em seus comentários ao livro V da *História Natural*, de Plínio, o velho, (*HN*, V, 1-46: 159-60; 165-6; 279-80) analisou o sentido do termo *oppidum* para este historiador romano e os sentidos que, no vocabulário administrativo romano, o mesmo termo poderia comportar. Dessa maneira, Carcopino afirma que *oppidum* pode designar cidades de diversos estatutos (da colônia à cidade estipiendiária, conforme Plínio, o velho, *HN*, III, 7). Por outro lado, também quando a cidade não é nem colônia, nem município, Plínio teria a tendência de a denominar *oppidum*, na falta de uma apelação mais honorífica.

É por isso que junto ao termo *oppidum* Plínio, o velho, agrega diversos outros vocábulos, mas apenas com referência às províncias romanas da Mauritânia Cesariana e da Numídia: *oppidum immune* = Theudalis (V, 23); *oppidum peregrinorum* = Quiza (V, 19); *oppidum Latinorum* = Uzali (V, 29); *oppidum stipendiarium* = Castra Cornelia (V, 24) e os trinta *oppida libera* que teriam tomado o partido de Roma antes de 146 a.C. (V, 46).

Neste caso, o termo *oppidum* reflete, portanto, uma instituição gerenciada por cidadãos romanos, de menor envergadura que uma colônia, mas de importância igual a de um município. Estes *oppida* possuíam gênios tutelares, constantemente associados ao culto imperial, como o *Genius oppidi* de Cartagena (*CIL*, II, 3408 *apud* Jodin, 1987).

Já em outros casos, tanto Plínio, o velho, como seus contemporâneos deram simplesmente à palavra *oppidum* o sentido etimológico e primeiro do termo, ou seja o de “praça-forte” ou “cidade rodeada por muralhas”. Assim, na opinião do arqueólogo chefe das escavações de Volubilis, A. Jodin, a existência de uma muralha em um assentamento norte-africano berbere deve ser entendida como um elemento de prestígio e uma consagração e não apenas como um sistema defensivo (Jodin, 1987, p. 209). Por exemplo, R. Rebuffat (1974, p. 501-22), ao estudar as muralhas imperiais de Volubilis, Sala e Thamusida, afirma que sua construção reflete muito mais a prosperidade de seus habitantes do que o medo de ataques mouros.

Em suma, A. Jodin acredita ser possível apontar convergências entre o estatuto de Volubilis e o dos principais *oppida* do Norte da África, e também da Gália nessa mesma época. O termo *oppidum*, quando utilizado para *antes* da conquista, indica que a cidade era a capital administrativa e religiosa de um povo e o refúgio supremo de todos os cidadãos (Jodin, 1987, p. 210). Poderíamos visualizar este fato por meio do comentário de César a respeito de Avaricum, na Gália, quando ele escreve que ao tomar essa localidade (*ex oppido recepto*) ele esperava trazer para a órbita de seu poder a ‘cidade’ dos Bituriges (*civitatem Biturigum*).

Mesmo assim, o sentido de “praça-forte” continua a existir. Volubilis apresenta a particularidade de possuir duas muralhas concêntricas, uma arcaica ao redor da acrópole, a outra datada da época imperial, ao redor do conjunto da cidade romana. Isto bastaria para denominar Volubilis, antes e depois da conquista, de *oppidum*, ou seja, de “cidade fortificada” (Jodin, 1987, p. 210).

Desse modo, por esta proposta, poderíamos procurar nas fontes latinas (em especial Plínio, o velho) os assentamentos berberes que foram denominados *oppidum* e presumir que estes fossem cidades, no sentido de localidades com uma malha urbana que atuavam como centros catalizadores da região no seu entorno. No entanto, esta abordagem enfrentaria dificuldades práticas, seja em relação à localização dos assentamentos citados pelas fontes textuais, seja em relação à existência de trabalhos de escavação e/ou *surveys* que permitam o estudo detalhado destas localidades.

Não obstante, um outro parâmetro que podemos adotar diz respeito à atuação do sufetato nos assentamentos de origem fenícia ou cartaginesa e nos assentamentos berberes. O fato de possuímos inscrições que comprovem tal organização política seria um indício de que, naquela localidade, havia uma cidade. Já tivemos oportunidade de tratar do significado do sufetato no mundo cartaginês especificamente, e norte-africano de maneira geral, e de apresentar algumas fontes epigráficas que

mencionam este ordenamento político administrativo em nosso texto “O rei berbere e o uso da terra no Norte da África”. Nos restringimos aqui apenas a apontar mais alguns indícios.

Os sufetes

O sufetato (de palavra semítica shofet = juiz; sufete) foi a magistratura suprema, a partir do século V a.C., em Cartago. Este sistema foi adotado em todas as cidades do mundo púnico, e se prolonga até mesmo algum tempo após a anexação romana (Szyner, 1984, p. 292). Em Volubilis foram encontradas diversas inscrições que provam a existência de personagens exercendo esta função. Ou seja, provam a existência do sufetato em uma cidade berbere do interior da Berberia ocidental, há milhares de quilômetros de Cartago (Jodin, 1987, p. 214)¹¹.

A questão do direito de cunhagem

Um terceiro parâmetro a ser adotado na identificação das cidades norte-africanas é o relativo ao direito de emitir numerário próprio. Com este dado e a questão do sufetato, estamos mais concentrados no estatuto político do que no aspecto físico de uma cidade. Entretanto, novamente neste caso, apenas o estudo dos vestígios arqueológicos, com a conseqüente análise do ambiente construído e da relação campo e área urbana, de cada localidade que cunhou moedas no Norte da África, poderia fechar a questão.

No Norte da África, enquanto Cartago esteve ativa como potência, o que na prática significa até sua destruição no final da Terceira Guerra Púnica, em 146 a.C., nenhuma outra cidade cunhou moedas.

No entanto, a partir do final do século III a.C., os reis berberes iniciaram a emissão de numerário próprio. Sifax bate moedas a partir de 213 a.C. e Massinissa a partir de 203 a.C. (Kormikiari, 2000, p. 236-8). Já as emissões cidadinas existiram em três categorias básicas: como “capital” de um reino berbere; como sede de oficina romana (seja dos generais atuando nas Guerras Cívicas, seja dos primeiros imperadores) e como cidade autônoma. Em termos de datação, entretanto, estas cunhagens não ultrapassam o século I d.C. quando Roma centraliza a emissão de numerário em poucas oficinas do Império¹².

Ao mesmo tempo, até hoje elas foram pouco estudadas. A classificação ainda adotada foi realizada por J. Mazard em 1955 (Mazard, 1955). Tanto dificuldades de atribuição quanto cronológicas se apresentam ao pesquisador.

De maneira geral, trata-se de emissões de volume baixo e em metais pouco preciosos¹³. Ao mesmo tempo, conforme mencionamos anteriormente, a gradativa organização das novas províncias norte-africanas leva Roma tanto a gerenciar estas emissões quanto a sufocá-las, à medida que impõe o uso apenas de seu numerário vindo do exterior.

Augusto acelerou o processo de colonização das terras africanas. Este movimento populacional já havia se iniciado desde a destruição de Cartago. Na Berberia oriental, isto é, na província unificada que juntou *Africa vetus* e *Africa nova*, e para além, na região das Sirtes, Augusto não interferiu nos estatutos políticos das cidades livres, principalmente dos portos. Já nas regiões interioranas, ao longo do oued Medjerda (o antigo Bagradas) e do oued Miliane (região dos berberes númidas, conforme visto em nosso texto “O rei berbere e o uso da terra no Norte da África”), ele instalou veteranos da XIII legião (*C.I.L.* VI, 36917 *apud* Lassère, 1982, p. 415) em Thurbu Minus, Thurbu Maius, Sturnuca, Medeli, Assuras, Simithus, Thurnica e Sicca Veneria. Outras cidades como Vaga e Cirta receberam mais colonos. Os habitantes berberes destas regiões entravam em contato com essas novas instalações, principalmente nos dias de mercado, quando desciam de seus *castella* para se dirigir às *nundinae*.

Nas Berberias ocidental e central, região que ainda não havia sido transformada em província romana, Augusto igualmente procedeu à instalação de veteranos seja com a fundação ou refundação de assentamentos. No oeste temos Iulia Constantia Zulil, Iulia Campestris Babbae e Iulia Valentia Banasa. No leste temos Cartenna, Gunugu, Rusguniae, Saldae, Igili, Succhar, Aquae e Tubusuptu (Amandry, 1987, p. 2)¹⁴.

Em retrospecto, as cunhagens cidadinas até hoje identificadas correspondem a emissões de Leptis Minus, Hadrumeto, Tapso, Acholla, Leptis Magna, Oea, Sabratha, Thaene e Cercina (Amandry; Burnett e Ripollès, 1988, p. 183). Todas antigas colônias fenícias ou cartaginesas situadas na parte oriental da Berberia oriental. No antigo reino númida cinco cidades foram identificadas como emissoras de moedas:

Cirta (atual Constantina), Cirta nova¹⁵ (atual Le Kef), *Hippo regius* (atual Annaba), *Bulla regia* e Macomades. Da região Zeugitânia temos Útica, Cartago e Colonia Iulia Pia Paterna. Já da Berberia ocidental e central podemos citar Tingis (atual Tanger), Lixus¹⁶, Colonia Iulia Constantia Zilil, Colonia Iulia Campestris Babba, Colonia Valentia Banasa, Saldae, Sala, Gunugu, Camarata, Timici, Rusadir, Tamuda, Icosium, *Iol Caesarea* e Cartenna (Mazard, 1955; Kormikiari, 2000, cap.6).

Conforme assinalamos em relação às cidades emissoras de cunhagem da Berberia oriental, todas as demais representam igualmente antigas colônias fenícias e cartaginesas e cidades berberes. As colônias criadas por Augusto, conforme assinalamos anteriormente, o foram reaproveitando antigos assentamentos, como seus próprios nomes indicam.

Devemos nos perguntar, no entanto, no que consistia exatamente a autonomia dessas cidades, afora o privilégio de cunhar. Analisando a questão, A. Jodin estabelece, como princípio, que as cidades constituíam uma ‘pessoa moral’. Cada uma delas possuía sua sede naquilo que os romanos chamaram de *oppidum*, lugar-chefe da *natio*, e sua competência territorial se estendia à área geográfica percorrida pelo grupo indígena de onde ela emanava (Jodin, 1987, p. 215 e seguintes). Desse modo, este arqueólogo conecta irremediavelmente as cidades norte-africanas aos grupos berberes. Para ele é evidente que cada cidade se auto governava, de acordo com sua própria constituição e escolhia, ela mesma, os magistrados que a dirigiam, os sufetes. O papel do rei berbere, neste sentido, fica diminuído. No entanto, apenas com novas descobertas epigráficas e pesquisas mais pontuais, caso a caso, poderemos apontar uma posição mais categórica sobre este ponto.

A Arqueologia

Os recentes trabalhos arqueológicos em áreas indígenas norte-africanas, tanto escavações sistemáticas quanto *surveys*, têm contribuído para nosso conhecimento sobre as formas de assentamento e de organização do espaço no Norte da África pré-romano e mesmo romano¹⁷.

Apresentamos a seguir três estudos que acreditamos iluminar a questão. O primeiro, de Naïde Ferchiou (1990, p. 43-86), faz parte de uma longa pesquisa da própria autora que está inventariando os assentamentos fortificados pré-imperiais da região da moderna Tunísia (Berberia oriental). A identificação é feita a partir da existência de muralhas circundando o assentamento e a datação ao período pré-romano é baseada tanto na técnica de construção das muralhas quanto nos fragmentos cerâmicos encontrados rente aos muros. Os muros costumam ser feitos com pedras à seco, de tamanho ou médio ou megalíticas. Eventualmente encontra-se o *opus quadratum*. Já a cerâmica escavada é de três tipos, todos helenísticos: ânforas púnicas 312/313 e 315; cerâmica campânica A e diversas imitações locais (Ferchiou, 1990, p. 44).

Este tipo de assentamento fortificado, que nos remete à discussão apresentada anteriormente à respeito do termo *oppidum* -- como visto recorrente na apresentação da organização espacial berbere pelos autores latinos --, foi classificado por Ferchiou a partir de sua relação com a topografia local. Assim, a autora dividiu-os em (Ferchiou, 1990):

1. sítios “empoleirados”: subdivididos em sítios em ‘mesa’, pico, muralhas apoiadas sobre um precipício, assentamento ‘escondido’ sob um acidente natural e em promontório;
2. sítios de vertente;
3. sítios ligeiramente desnivelados;
4. sítios complexos em termos topográficos

Os chamados sítios “empoleirados” estão localizados em altitudes elevadas, acima do resto da região ao redor, de maneira que se destacam em relação ao resto da paisagem. Costumam estar cercados por um penhasco muito escarpado.

Os de vertente, por seu lado, costumam estar situados sobre um flanco de altura, ou aos pés da escarpa. Muitas vezes, estes sítios protegem uma garganta ou desfiladeiro.

Ao comentar sobre os sítios ligeiramente desnivelados, a autora afirma que os indígenas tinham a clara tendência de estabelecer seus assentamentos em locais elevados. Nas áreas de planície ou nos terraços aluviais, eles escolhiam, ali também, o local mais elevado, mesmo que este não fosse suficientemente alto em termos defensivos.

Os assentamentos fortificados apresentados pela autora alcançam o número de 22. Destes, 17 apresentaram fragmentos significativos de cerâmica helenística. Por outro lado, trata-se aqui de dados coletados na superfície e de um recenseamento feito a partir das muralhas ainda hoje visíveis. À medida que forem escavados teremos mais informações a respeito do ‘ambiente construído’ dentro das muralhas. Fica aqui, para o momento, a confirmação arqueológica da preferência berbere por locais facilmente defensáveis, topograficamente elevados e com ampla visão dos arredores imediatos. Além destes dados, podemos acrescentar a constância do uso de muralhas. No entanto, sem uma datação precisa destas, não podemos saber se temos aqui um padrão de assentamento ou modificações realizadas em períodos históricos específicos e, portanto, a estes relacionados.

Em um segundo estudo, apresentado no *IIIème Congrès International des Études Phénicienne et Punique* (1995, p. 435-45), N. Ferchiou avança em suas conclusões, a partir de novas prospecções realizadas, e propõe uma classificação dos assentamentos berberes pré-romanos na área a oeste do território cartaginês, região húmida massila. Mesmo assinalando as dificuldades de interpretação mais detalhada desses vestígios, em razão dos poucos trabalhos de escavação arqueológica realizados na área -- o que impede a identificação e diferenciação, nos assentamentos, das áreas residenciais, administrativas, religiosas e econômicas, a não ser pelos indícios retirados do material de superfície (fornos de ceramista; linguotes de fundição, e outros) --, a autora propõe a seguinte classificação dos sítios, datados, de maneira geral, do século II a.C. (Ferchiou, 1995, p. 439; 443):

A - Sítios com muralhas

A1. Aglomerações permanentes com necrópole coletiva:

1.1: espaço interno habitado não importando a topografia do terreno (planície ou piemonte).

1.2: recinto sobre cume habitado, atrelado a um habitat na vertente que se estende para além das muralhas.

1.3: recinto sobre cume vazio, associado à presença humana na vertente.

1.4: recinto de vertente vazio, associado à presença humana nos arredores.

A2. Pequenas *oppida* organizadas.

A3. Pequenos fortes e postos de guarda (superfície ocupada muito reduzida).

A4. Pequenos assentamentos fortificados, com construções raras (refúgios temporários?)

B. Sítios sem muralhas

B1. Burgos rurais com necrópoles coletivas:

1.1 com uma certa riqueza

1.2 pobres

B2. Grandes domínios:

1.1 com *tumulus* isolado

1.2 com mausoléu em torre

1.3 com mausoléus de diversos tipos

B3. Propriedades médias com *tumulus* (uns aproximados dos outros, e localizados na vizinhança de um pequeno sítio, o qual continuou a ser, mesmo em época romana, simples vilarejo).

O terceiro estudo que gostaríamos de apresentar foi feito na região da Berberia oriental (atual Tunísia). Trata-se de uma pesquisa arqueológica com objetivos distintos, mais pontuais, em relação às pesquisas de N. Ferchiou.

Na região de Kasserine, Tunísia, realizou-se um *survey* (Projeto “The Kasserine Archaeological Survey, 1982-1986”) com o objetivo de reconstruir a sociedade e a economia da região ao redor das cidades romanas de Cillium (atual Kasserine) e Thelepte, por meio da catalogação e análise dos vestígios materiais de superfície dos assentamentos antigos (Hitchner, 1988, p. 7).

Ao longo de quatro campanhas de *survey* foram encontrados 89 sítios. A maioria desses é datada dos séculos I ao VII d.C. Pertencem, portanto, ao período romano e bizantino. No entanto, os trabalhos

arqueológicos indicaram também que o padrão de assentamento do período romano seguiu padrões de organização espacial precedentes. Estes padrões foram criados em razão do forte uso da terra para a agricultura, mais especificamente, para a agricultura seguindo a técnica do *dry-farming*. Sabemos que este tipo de agricultura é a utilizada pelos berberes até os dias de hoje (vide nosso texto “Geografia Geral do Norte da África”).

Este dado, por outro lado, vai contra o comentário de Salústio (*Jugurthinum*, XC, 1) que os habitantes dessa região (númidas) preferiam a criação de gado e outros animais ao cultivo de cereais.

Dos 89 sítios catalogados, 23 pertencem ao período proto-histórico, 9 são modernos e 57 são datados, conforme mencionado, dos séculos I ao VII d.C. Entretanto, haja visto que os vestígios coletados não foram obra de escavações sistemáticas, não podemos excluir a possibilidade dos assentamentos do período romano terem sido reconstruções sobre antigos sítios berberes.

O arqueólogo responsável pelo Projeto identificou, na estrutura dos sítios repertoriados (notadamente dos 57 de período romano), uma hierarquia de assentamento a qual ele classificou como ‘romanizada’ (Hitchner, 1988, p. 12):

1. *Aglomeração urbana*. Termo usado para descrever sítios de dimensões grandes, com área de 20 a 50 ha. Em termos de achados temos estruturas domésticas, religiosas, militares, defensivas e cívicas. Não necessariamente todo esse aparato é encontrado em todas as aglomerações urbanas da região.

2. *Grande fazenda*. Termo usado em sítios com 1 a 10 ha, mas que tenham igualmente vestígios que comprovem seu papel de catalizador das áreas agrícolas ao redor, como prensas, áreas de armazenamento e espaço doméstico com evidências de riqueza.

3. *Fazendas*. Nesta categoria temos sítios de dimensões mais modestas, com 0.5 a 1 ha. Normalmente são formados por uma série de unidades menores, que podem estar tanto associadas umas às outras, como em situação de independência. Recorrentemente, uma destas unidades é composta por uma prensa situada em um grande pátio.

4. *Aldeias agrícolas*. Neste caso, temos uma série de fazendas, e outros elementos a elas associados, agrupadas de maneira a formar um assentamento único.

5. *Pequenas estruturas*. Caracterizadas por pequenas construções de cerca 500 m², contendo uma ou duas unidades. Serviam tanto como moradia quanto como área de estocagem.

Afora os sítios habitacionais, o *survey* identificou ainda monumentos funerários, necrópoles, aparato hidráulico e campos agrícolas trabalhados.

Apesar da caracterização dos sítios repertoriados pertencer a um período posterior ao de nossa pesquisa, ela nos é útil pois ajuda a formar um quadro do padrão de assentamento e uso da terra que é especificamente documentado no Norte da África. Além disso, aguardamos a análise e publicação dos sítios proto-históricos igualmente repertoriados no *survey* para podermos estabelecer continuidades e rupturas em relação à organização espacial norte-africana no período de dominação romana.

O Norte da África, mesmo apresentando homogeneidades físicas e históricas, não pode ser tratado como uma unidade fechada. No entanto, informações vindas de regiões paralelas à de nosso estudo e que, muito significativamente, foram ocupadas tanto por númidas como por líbios, enriquece nossa pesquisa.

Estudo de caso – território

Um dado bastante trabalhado por historiadores que lidam com a África Romana é o reaproveitamento do antigo sistema de divisão espacial das terras cartaginesas feito por Roma por ocasião da organização da província *Africa*.

Conforme assinalamos no início de nosso texto, a derrota em Himera, em 480 a.C., significou um grande revés na expansão mediterrânea cartaginesa. Apesar de não ter se fechado ao contato com o mundo grego, como se acreditou por um longo período (Moscati, 1986, introdução), é fato que Cartago, pela primeira vez em sua História, desenvolveu uma “política africana” de conquista. E. Acquaro estabeleceu duas fases para essa “política africana”: de afirmação da vocação imperialista; e de sistematização e aproveitamento do território africano (Acquaro, [1978] 1987, p. 46).

Segundo o relato de Justino (XIX, 2, 4), poucos anos após Himera, os cartagineses não apenas se libertaram do tributo que supostamente pagavam aos indígenas desde a fundação de Cartago, como passaram a exigir deles tributos específicos. Isto é, os indígenas habitando os territórios então conquistados, chamados de líbios em fontes posteriores ao século V a.C. (Diodoro Sículo XIII, 80; XX, 38-39), passaram a pagar tributo a Cartago.

Não é fácil definir os limites do território que Cartago irá anexar em ondas sucessivas de conquistas. Mas um dado se destaca, é preciso diferenciar entre “território controlado administrativamente” e “território sob a esfera de influência cartaginesa”.

A primeira categoria refere-se a áreas sob domínio constante e direto de Cartago. Já na segunda categoria temos uma vasta extensão de terras, que inclui a área nômada e a região das *emporía* fenícias da Grande Sirte (Leptis Magna, Oea e Sabratha). No entanto, os relatos textuais que dão conta dessas conquistas têm que ser analisados com cautela. Por exemplo, Apiano (*Lybica*, 57) afirma que Cartago dominava metade da Líbia e Estrabão (XVII, 3) que os cartagineses anexaram todas as terras em que não ocorria vida nômade. Este último afirma ainda que Cartago possuía 300 cidades à época da Terceira Guerra Púnica (Estrabão XVII, 15).

S. Lancel (1992, p. 279) acredita que Theveste (atual Tébessa) representava a praça-forte púnica mais avançada a sudoeste, isto é, já na fronteira com as terras úmidas livres (mas não isentas de sofrer forte influência cultural púnica). Partindo de Theveste havia uma rota, no sentido noroeste, que levava a Cirta, capital nômada. Entre estes dois pontos, Macomades trairia a influência púnica em ambiente berbere no próprio nome. Sob a forma latinizada, Lancel identifica “Maqôm Hadasht”, isto é, “novo burgo”.

A partir de um achado arqueológico no fórum romano de Mactar, cidade de origem púnico-berbere que ficou sob domínio de Massinissa no século II a.C. (Brett e Fentress, 1996, p. 33), uma dedicatória ao imperador Trajano que mencionava as sessenta e quatro *civitates* do *pagus Thuscae et Gunzuzi*, revelou a reutilização romana de divisões territoriais administrativas cartaginesas. *Pagus Thuscae* equivaleria à *chora Thusca*, que continha cinquenta cidades e que Apiano (*Libyca*, 59) menciona como tendo sido anexada por Massinissa em 152 a.C. (Lancel, 1992, p. 280)18.

Aos termos latino e grego possuímos, de fato, o original púnico, que foi encontrado em uma inscrição descoberta à 25 km. de Mactar, em uma crista montanhosa. Acredita-se que esta inscrição demarcasse o território do ‘RST TSK’T, isto é, “das terras (ou do território) de Tiskat” (Lancel, 1992, p. 280). A norte e a oeste desta circunscrição que, provavelmente, tinha Mactar como capital, temos o reino nômada massilo. O *pagus Gunzuzi*, seguindo a própria inscrição latina mencionada acima, deve ser localizado a nordeste de Tiskat, na direção de Cartago.

Possuímos apenas uma única inscrição púnica com a denominação de um de seus territórios. No entanto, o reemprego das antigas denominações fica claro pela análise dos nomes que os romanos deram aos *pagi* da província *Africa*. Assim, de maneira análoga, uma segunda inscrição latina, dedicatória a um questor romano do século I a.C., encontrada em Útica, menciona os *pagi Muxsi e Zeugei*.

O primeiro, que G. Picard acreditava estivesse localizado na parte setentrional do território cartaginês, liga-se ao grupo dos maxitani, cujo rei, Hiarbas, teria sido o primeiro contato líbio dos recém-chegados tírios, fundadores de Cartago (Justino, XVIII, 4, 6). Já do segundo teria surgido o termo Zeugitânia, aplicado à província Proconsular no Baixo Império. Seguindo este raciocínio, sua localização compreenderia um amplo território próximo da capital púnica, entre os rios Medjerda e oued Miliane (Lancel, 1992, p. 280).

Acrescente-se a esses *pagi*, o extenso território oriental da Tunísia moderna, que os autores gregos clássicos denominavam Bizâncio e situavam na região da Sirte Menor, e que, no Baixo Império, foi transformado em Bizacena. Esta área, que antecede à das *emporía*, foi igualmente cobijada por Massinissa (Kormikiari, 2000, capítulo 4) e é rica fonte da cultura “líbio-fenícia”.

Conforme assinalamos anteriormente, Apiano relata que os líbios do território cartaginês, em 148 a.C., refugiaram-se em suas torres (*πυργοι*) e nos seus assentamentos fortificados (*φρουρια*), “dos quais havia em muita quantidade na *chora*” (Apiano, *Libyca*, 68 e 101). Na opinião de C. R. Whittaker estamos diante dos pequenos centros indígenas, os cantões, comunidades voltadas para a agricultura, que até então, estavam sob domínio cartaginês (Whittaker, [1978] 1993, p. 138)19. Lembramos que após o detalhado estudo de G. Camps sobre a atividade econômica dos berberes na proto-história (1960), no qual é atestada a vida sedentária, voltada para a agricultura, podemos supor que esse mesmo tipo de organização espacial existia nas áreas de fora do domínio cartaginês. No entanto, o seminomadismo

esteve sempre presente na Berberia, principalmente nas regiões estépicas da Berberia central e ocidental e na região para o sul dos Aurés, na Berberia oriental, área de domínio massilo. De fato, uma mesma confederação, como a dos musulâmios, atestada pelas fontes e por marcos miliários do século I d.C., podia comportar facções móveis e outras sedentárias (Kormikiari, 2000, p. 68-9)20.

Um segundo grande marco territorial púnico reutilizado pelos romanos no Norte da África é a fronteira entre terras cartaginesas e território númida. Em 146 a.C., quando Roma toma posse da cidade de Cartago e também dos territórios diretamente a ela submetidos, Cipião Emiliano, o vencedor de Zama, manda cavar uma grande fossa como fronteira entre a província romana e as terras dos reinos berberes (no caso, do reino de Massinissa)21. Plínio, o velho (V, 25) menciona essa fossa romana, *fossa regia*. Alguns estudiosos, entre eles St. Gsell, acreditam que a *fossa regia* romana foi cavada em cima da fronteira cartaginesa, que Apiano (*Libyca*, 32 e 54) denominou de “fossas fenícias” (Gsell, 1918, vol. II, p. 118). Fragmentos de um historiador de língua grega, Êumaco, mencionam uma fossa cavada pelos cartagineses ao redor de todo seu território (Lancel, 1992, p. 283). Os termos do tratado de 201 a.C., que pôs fim às disputas da Segunda Guerra Púnica, estipulam que Cartago pôde manter o território contido pela fossa, mas que deveria retirar as tropas militares que mantinha para além delas, isto é, já em área númida, a oeste, e das antigas colônias fenícias, como Hadrumeto, a leste.

Trabalhos arqueológicos encontraram, em diversos pontos, as marcas de fronteira romana (da época de Vespasiano), e, de fato, podem ser sobrepostas às “fossas fenícias” (Lancel, 1992, p. 283). S. Lancel propõe que o traçado das “fossas fenícias” iniciava-se ao norte, em Thabraca, englobava as “grandes planícies” (os *Magni Campi* do período romano) da bacia do médio Medjerda, a leste de *Bulla regia*, e também, a sudeste das grandes planícies, a região de Thugga, Zama e Mactar. Essas três cidades, das quais Thugga e Zama eram, com certeza, númidas (Kormikiari, 2000, capítulo 3), formavam um triângulo territorial, no interior noroeste da Berberia oriental, ao longo do rio Medjerda. Zama, segundo Salústio, foi um importante mercado númida de grãos (Salústio, *Jugurthinum*, XLVII, 1) e foi destruída pelo romano Metelo em 108 a.C. (Estrabão, XVII, 3, 12). Esta área corresponde ao centro da *chora Thusca*.

As pesquisas arqueológicas de superfície realizada por N. Ferchiou (1990; 1991), citadas anteriormente, entre a bacia do oued Miliane e o Cabo Bon, a área em questão, e mais além, na Numídia massila, revelaram, conforme relatado, inúmeros vestígios de assentamentos númidas, na sua maioria fortificados.

Conclusão

Tendo elencado e trabalhado os conceitos e dados materiais e textuais apresentados ao longo deste texto, acreditamos estar melhor aparelhados para elaborarmos nossa proposta de organização espacial entre os númidas, conforme os vestígios materiais existentes na região massila. Fica claro, pelo exposto acima, a existência de uma vida urbana, mesmo modesta, em assentamentos fortificados. Tanto pesquisas arqueológicas (Ferchiou, 1990, 1991) como a própria análise do emprego dos termos gregos e latinos, principalmente *oppidum*, demonstram este dado. Assentamentos que deveriam ser mais complexos, pois que são denominados como capitais de reis númidas (Cirta, Zama, e outros) recebem o epíteto *Regia* mas mantêm a denominação *oppidum*. O uso paralelo de termos com significado mais simples, o de aldeia, *castellum*, *vicus*, φρουρια e κωμη, remete-nos à própria organização moderna berbere, baseada em vilarejos agrícolas e de uso por temporadas, nos casos de grupos seminômades, como os do Atlas marroquino, assinalados em nosso texto “Etnografia norte-africana”. Neste sentido, os *castella*, mesmo podendo ser igualmente entendido como locais fortificados, no contexto norte-africano, enquadram-se melhor, em nosso entender, enquanto aldeias e assentamentos menores, em elevações que facilitavam a vigia e garantiam a segurança de seus habitantes.

No entanto, *polis* e *urbs*, termos que definem a unidade principal da organização espacial grega e romana, isto é, a cidade-estado, são igualmente utilizados, mas, a bem da verdade, de maneira frouxa, muitas vezes enquanto sinônimos de vilarejo.

Em nosso entender, não obstante, a questão que se coloca aqui é a de perceber até que ponto estamos lidando com menções que privilegiam aspectos físicos dos assentamentos berberes e não avaliam estes mesmos assentamentos a partir de seus pressupostos políticos e econômicos.